

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Da Sra. DAIANA SANTOS)

Altera a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre a apresentação de garantia de cumprimento de direitos pela empresa prestadora de serviços e sobre a responsabilização solidária da empresa contratante.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que “Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências”, passa a vigorar acrescida das seguintes alterações:

*“Art. 4º-D. A empresa prestadora de serviços deverá, em cada contrato de prestação de serviços celebrado, apresentar garantia real ou fidejussória equivalente a 3 (três) meses de salário para cada um dos empregados contratados para prestar serviço na empresa contratante.”*

*“Art. 5º-A. ....*

*.....*

*§ 5º A empresa contratante é solidariamente responsável pelas obrigações trabalhistas referentes ao período em que ocorrer a prestação de serviços, e o recolhimento das contribuições previdenciárias observará o disposto no art. 31 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.*

*§ 6º A empresa prestadora de serviços deverá fornecer mensalmente aos empregados e à empresa contratante o comprovante de quitação salarial e dos encargos trabalhistas e previdenciários dos seus empregados contratados para prestar serviços na contratante durante o período de prestação do serviço.” (NR)*

*“Art. 10. ....*

*.....*



*§ 7º A contratante é solidariamente responsável pelas obrigações trabalhistas referentes ao período em que ocorrer o trabalho temporário, e o recolhimento das contribuições previdenciárias observará o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.”*

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A prestação de serviços a terceiros, contrato também conhecido como “terceirização”, ganhou relevo nos últimos anos, com a aprovação de modificações nas leis para estimular esse tipo de contratação.

Esse tipo de contrato, no entanto, é indutor de precarização do trabalho, em claro prejuízo da classe trabalhadora. E essa precariedade muitas vezes somente é percebida no momento da rescisão contratual, quando se verifica a inadimplência da empresa de prestação de serviços quanto aos direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores. Nesse momento é que o trabalhador e a empresa contratante percebem que a empresa de prestação de serviços não efetuou o recolhimento da contribuição previdenciária e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por exemplo, o que gera enorme prejuízo e transtorno ao trabalhador, que precisará ingressar com ação judicial para percepção dos valores que lhe são devidos.

Visando a minorar a precarização decorrente desse tipo de contrato, estamos submetendo a esta Casa uma proposta para que a empresa de prestação de serviços apresente uma garantia real ou fidejussória correspondente a (três) meses de salário de cada empregado para fazer frente a eventuais despesas decorrentes da rescisão contratual.

Além disso, estamos incluindo na legislação do trabalho temporário a exigência de que a empresa de prestação de serviços apresente mensalmente aos empregados e à empresa contratante os comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias. Ainda, propomos a responsabilização solidária das



empresas contratantes de serviços terceirizados a fim de efetivar a garantia dos direitos trabalhistas de empregados(as) terceirizados(as).

São medidas que, a nosso ver, possibilitarão um maior controle de adimplência pelas partes interessadas.

Sendo inquestionável o interesse público, estamos certos de contar com o apoio de nossos Pares para a aprovação do projeto de lei que ora apresentamos para discussão nesta Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em        de        de 2023.

Deputada DAIANA SANTOS

